



PREGÃO ELETRÔNICO

Edital nº 030/2026 - PE

Processo Administrativo nº 1761/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor valor global

Objeto: Contratação de serviços de hora-máquina, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de equipamentos, operadores/motoristas, combustível, manutenção, seguros e demais encargos, sob Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA**, através da Secretaria Municipal de Gestão Pública / Departamento de Compras, Licitações e Contratos, situado à Avenida Eduardo Aníbal Lourençon, nº 15, 2º andar, Parque das Vinhas, Itupeva/SP, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**Menor valor global**”, sob o Sistema de Registro de Preços, **no dia 15 de junho de 2026, às 09:00 horas**, no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/> da BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS – BBMNET, visando a Contratação de serviços de hora-máquina, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de equipamentos, operadores/motoristas, combustível, manutenção, seguros e demais encargos, sob Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos neste Edital e Anexos, de acordo com a Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.601, de 28 de abril de 2023, e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital e seus respectivos anexos encontram-se a disposição dos interessados para consulta, nos dias úteis e em horário comercial, na Secretaria Municipal de Gestão Pública / Departamento de Compras, Licitações e Contratos, ou ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.itupeva.sp.gov.br e <https://novobbmnet.com.br/>.

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelos telefones: (11) 3113-1900 e (11) 99837-6032 ou diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias-BBMNET – <https://novobbmnet.com.br/>.

Prefeitura Municipal de Itupeva, em São Paulo, aos 26 dias do mês de maio de 2026.

CARLOS EDUARDO MARQUES NEGRÃO
Chefe do Gabinete do Prefeito Municipal



PREGÃO ELETRÔNICO N° 030/2026

PROCESSO N° 1761/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA-MÁQUINA, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, OPERADORES/MOTORISTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, SEGUROS E DEMAIS ENCARGOS, SOB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR VALOR GLOBAL

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:30 horas do dia 15/06/2026.

REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: 15/06/2026, às 09:00 horas.

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: FERNANDA KELLI FERROLI

LOCAL: <https://novobbmnet.com.br/>

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura do Município de Itupeva através da Secretaria Municipal de Gestão Pública / Departamento de Compras, Licitações e Contratos torna público que se acha aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA-MÁQUINA, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, OPERADORES/MOTORISTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, SEGUROS E DEMAIS ENCARGOS, SOB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME EDITAL E ANEXOS**, atendendo solicitação da **Secretaria Municipal de Infraestrutura**, esse pregão será regido pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.601, de 28 de abril de 2023, e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2. Quando da participação das microempresas e empresas de pequeno porte serão adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 com alterações da Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, garantidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico (Licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias-BBMNET.

1.5. Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Administração Pública, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo Licitações Públicas constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias-BBMNET (<https://novobbmnet.com.br/>).

1.6. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

1.7. O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2. DO OBJETO



2.1. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA-MÁQUINA, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, OPERADORES/MOTORISTAS, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO, SEGUROS E DEMAIS ENCARGOS, SOB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME EDITAL E ANEXOS.

3. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Em observância ao disposto no artigo 24 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado para a contratação possui caráter sigiloso, tornando-se público somente após o encerramento do envio dos lances.

3.1.1. Não divulgar o valor favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, estimulando a concorrência e evitando que os licitantes se limitem a oferecer preços muito próximos ao estimado, o que poderia prejudicar a economicidade do certame.

3.1.2. O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo

3.2. Os recursos orçamentários para a despesa decorrente da presente licitação correrão por conta das dotações próprias da secretaria solicitante, conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária no momento da efetiva contratação de cada item do Sistema de Registro de Preços.

3.3. As reservas orçamentárias serão realizadas apenas quando da formalização dos pedidos de fornecimento, utilizando-se das seguintes classificações orçamentárias de despesa, de forma indicativa:

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 6.1. Gestão de Infraestrutura e manutenção

Funcional: 15.452.4.2140

Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

4. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. A execução dos serviços, quando solicitada através da emissão de Autorizações de Fornecimento e Ordem de Serviços, correrá por conta e risco da proponente vencedora, e será procedida de acordo com as necessidades do órgão requisitante.

4.2. A empresa comprometer-se-á a atender às Ordens de Serviços emitida pela Prefeitura Municipal de Itupeva no prazo máximo de 48 horas.

4.3. O local de entrega, o horário e as condições para o recebimento do objeto estarão em conformidade com o estabelecido na Ordem de Serviço mencionada.

4.4. Os serviços serão prestados de acordo com o Cronograma de Atividades da Secretaria requisitante, respeitando os horários definidos para cada tipo de intervenção.

4.5. A empresa vencedora deverá emitir Nota Fiscal e Fatura correspondente a cada serviço e não deverão ter limite de quantidade mínima para cada execução.

4.5.1. As entregas deverão ser acompanhadas de 02 (duas) vias da Nota Fiscal

4.5.2. Na necessidade de envio de Notas Fiscais Eletrônicas, as mesmas deverão ser encaminhadas somente para o e-mail: marcio.souza@itupeva.sp.gov.br.

4.6. Na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos, a contratada se obriga a reparar a falha e, se houver necessidade, substituir os materiais no prazo de 24 (vinte e



quatro) horas, sem quaisquer ônus para o Município de Itupeva.

4.7. Os recebimentos provisório e definitivo se darão conforme o Capítulo IV (artigos 178 á 180) do Decreto Municipal nº 3.601/2023.

4.8. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Somente poderão participar desta licitação os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos, que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital, e que sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET.

5.2. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias-BBMNET, <https://novobbmnet.com.br/>, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

5.3. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no Edital.

5.4. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias-BBMNET, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

5.5. Fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Ficam **impedidas** de participar desta licitação:

5.7.1. Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

5.7.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.7.2.1. Não será admitida a participação de empresas em consórcios por se tratar de contratação de objeto amplamente comercializado no mercado, portanto, não restringe a competitividade, nem compromete a oferta de propostas aptas a gerar o resultado de contratação mais vantajoso.

5.7.3. Empresas em regime de falência, que não apresentarem as condições previstas em legislação pertinente.

5.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



5.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.7.8. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública e não reabilitadas.

5.8. A mera participação na licitação implica a declaração de que a empresa não está impedida de participar do processo licitatório, sendo, essa declaração tácita, passível de sanção de declaração de inidoneidade, em caso de falsidade.

5.9. Como condição de declaração do vencedor, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

5.9.1. Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP, link: <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>; e

5.9.2. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP, link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

5.10. Constatada a existência de sanção, após consulta aos cadastros, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação inabilitará o licitante, por falta de cumprimento da condição de participação.

6. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES BBMNET

6.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

6.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da Central de Atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>.

6.3. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET poderá ser esclarecida através dos Central de Atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 18:00h (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://novobbmnet.com.br/>.

6.4. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio <https://novobbmnet.com.br/>, opção “Login” opção “Licitação Pública” “Sala de Negociação”.

6.5. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na página 02 deste edital.

6.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema



eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

6.9. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

6.10. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “<https://novobbmnet.com.br/>”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

6.11. O credenciamento no sistema eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias-BBMNET não dispensa a entrega dos documentos de habilitação discriminados no item 10 deste Edital.

6.12. O credenciamento junto ao provedor do sistema acarreta a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.13. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.14. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.15. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DAS PROPOSTAS NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2. A proposta de preço deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, devendo, obrigatoriamente, ser também encaminhada conforme o modelo do Anexo VI, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema.

7.3. O Licitante deverá, em campo próprio da proposta, Anexo VI, informar a marca, bem como, se for o caso, modelo, linha ou tipo e, a descrição completa do produto ofertado. A não inserção das especificações, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para análise e classificação da proposta.

7.4. A validade da proposta constante em campo próprio da proposta (Anexo VI) será de 60 (sessenta) dias.

7.5. Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.



7.5.1. A identificação precoce da licitante, inclusive por meio da inserção indevida de documentos, logotipos, marcas, razão social, CNPJ, telefone, e-mail ou qualquer informação que possibilite sua identificação antes da fase de lances, acarretará a imediata desclassificação da proposta.

7.6. A proposta, bem como os lances formulados, deverá(ão) apresentar preço(s) unitário(s) para cada item, com no **máximo 2 (duas) casas após a vírgula**.

7.7. O(s) preço(s) apresentado(s) deverá(ão) ser fixo(s) e irremovível(eis), nele(s) deverá(ão) estar incluídos todos os custos decorrentes da execução contratual, tais como, despesas com impostos, taxas, tributos, frete, despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais deverão declarar, no ato do envio de sua proposta no Sistema Eletrônico, em campo próprio do Sistema, que atendem os requisitos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei Complementar.

7.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes das empresas licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.3. O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

8.6. Após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não será aceito pedidos de desclassificação do licitante para o lote alegando como motivo “erro de cotação” ou qualquer outro equívoco da mesma natureza. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não será aceito pedido de desclassificação do licitante aduzindo em defesa causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.

8.6.1. As sanções previstas para os pedidos de desclassificação que ocasionarem o retardamento da execução de seu objeto, ou que por outra razão não mantiver a proposta ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos conforme regra o Artigo 155º da Lei Nº 14.133/21 e multa na ordem de até 10% sobre o valor ofertado, nos moldes do art. 156, inciso II da lei Federal nº. 14.133/21.



8.6.2. Estarão excluídos da aplicação das penalidades do item 8.6, os fatos decorrentes de “caso fortuito” ou “força maior”. Na hipótese de incidência do caso é garantido a defesa prévia.

8.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos licitantes participantes, através de mensagem eletrônica via chat ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogação automática.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por prorrogação automática, ou seja, se um participante oferecer lances nos minutos finais (2'), o sistema prorroga automaticamente o fechamento por mais alguns minutos, informando o “Dou-lhe uma”. Se ninguém der outro lance, o sistema informa “Dou-lhe duas”, em seguida a negociação é fechada. Entretanto, se algum licitante der um lance após o “Dou-lhe uma” ou “Dou-lhe duas”, o sistema é novamente reiniciado, assim como sua contagem. A negociação só é encerrada quando ninguém mais oferecer lances nos minutos finais. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes serão avisados via chat.

8.10.2. O INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO A PROPOSTA EM QUE COBRIR A OFERTA DEVERÁ SER R\$ 100,00 (CEM REAIS).

8.11. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.12. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.13. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8.14. A(s) Microempresa(s), Empresa(s) de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais deverá(ão) declarar, no ato do envio de sua proposta no Sistema Eletrônico, em campo próprio do Sistema, que atendem os requisitos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei Complementar.

8.15. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, serão observados os seguintes procedimentos:

8.15.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual e o sistema



eletrônico identificar que houve proposta apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

8.15.1.1. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

8.15.1.2. No caso de empate de propostas apresentadas por Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais que se enquadrem no limite estabelecido no **subitem 8.15.1.**, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.15.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **subitem 8.15.1.**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

8.16. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

8.17. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 8.13 e 8.16 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.18. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, através do sistema, juntamente com o envio dos documentos de habilitação.

8.18.1. O prazo estipulado no item 8.18. poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

8.19. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.20. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.21. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme item 7, até a data e o horário estabelecidos neste Edital.



9.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data de encerramento estabelecida no Edital.

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Relação de apenados disponível no Portal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TCESP.

9.2.1. Constatada a existência de sanção impeditiva de participação, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante **MELHOR CLASSIFICADO** serão disponibilizados aos interessados após o encerramento da Sessão de Lances, **tendo para tanto o prazo de até 02 (duas) hora para envio de todos os documentos de habilitação (através da plataforma)**, podendo tal ato ser prorrogado por idêntico período e desde que solicitado pelo interessado.

9.3.1. O não cumprimento das condições de habilitação, dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.4. Verificada a conformidade dos documentos apresentados o licitante será declarado **VENCEDOR**, e será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

9.5. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados de forma eletrônica, caso seja constatada alguma irregularidade ou inconsistência.

9.6. Os documentos eletrônicos produzidos serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

10. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. Habilitação Jurídica:

10.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

10.1.2.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

10.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



10.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente.

10.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

10.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.2.3. Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” à “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional, podendo ser certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa.

10.2.4. Prova de regularidade de débitos com a(s) **Fazenda(s) Estadual (Inscritos e Não Inscritos na Dívida Ativa) e Municipal (Tributos Mobiliários)**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei e pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

10.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

10.2.6. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), comprovada por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – C.R.F.

10.2.7. A comprovação da regularidade fiscal poderá se dar através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

10.2.8. Para efeito de validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 180 (cento e oitenta) dias entre a data de sua expedição e a data limite para recebimento da proposta.

10.3. Qualificação Econômico-Financeira:

10.3.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, com antecedência máxima de 90 (noventa) dias contados da sua apresentação.

10.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta. Entende-se por “último exercício social já exigível” aquele para o qual já se esgotou o prazo de apresentação do Balanço, conforme previsto no Código Civil.

10.3.3. Balanço e demonstrações que devem conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como sendo acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

10.3.4. Para avaliar a situação financeira da LICITANTE será utilizado os Índices a seguir:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$



Passivo Circulante

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,70$$

10.3.5. Somente as empresas que ainda não completaram seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92.

10.3.6. Os índices econômicos preconizados na Lei 14133/21, destinam-se, exclusivamente, à seleção do licitante com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral dos serviços. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.3.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.3.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Nota: Os índices econômicos indicados na Lei 14.133/21, notadamente no artigo 69, § 1º, destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do Termo de Compromisso. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresente capacidade para concluir o objeto da obrigação. Por conseguinte, a exigência dos índices tem sua importância e relevância, também, considerando que a empresa deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com toda a obrigação contratual, ser capaz de suportar eventuais atrasos no pagamento.

10.4. Qualificação Técnica:

10.4.1. Comprovação de aptidão de desempenho operacional **da licitante**, a ser realizada mediante apresentação de atestado(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

a) Somente serão considerados válidos os atestados com identificação da entidade expedidora, anotação do nome completo, data e assinatura por pessoa física, identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, com dados para eventual contato. Essas informações estão sujeitas à conferência pelo Pregoeiro.

b) O quantitativo mínimo para os atestados apresentados fica estabelecido em 50% (cinquenta por cento), do quantitativo total do lote, sendo admitida a comprovação por atestados distintos e somados entre si, conforme a Súmula nº 24 do TCESP, conforme abaixo:

LOTE 1		
DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.
CAMINHÃO BASCULANTE TIPO TRUCK .	2400	HORA
CAMINHÃO COM CARROCERIA, COM CABINE AUXILIAR, TIPO TOCO.	1200	HORA
CAMINHÃO COM POTÊNCIA DE 280 CV.	300	HORA
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 110 HP.	600	HORA
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 150 HP.	600	HORA
MOTONIVELADORA, COM RIPPER TRASEIRO COM LARGURA DE CORTE DE NO MÍNIMO 2.000 MM.	1200	HORA
RETROESCAVADEIRA, COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4.	1200	HORA



DRAGA 6 POLEGADAS, COM POTÊNCIA DE 180 CV.	300	HORA
CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO.	300	HORA
MINI CARREGADEIRA.	600	HORA
50% DO TOTAL	8700	HORAS

c) Será admitido somatório de atestados e comprovação por serviços similares/equivalentes.

10.5. Documentação Complementar:

10.5.1. Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelos presentes nos Anexos II á V deste edital:

a) ANEXO II - Declaração de Habilitação e Atendimento às Condições do Edital;

b) ANEXO III – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

c) ANEXO IV - Declaração de Inidoneidade;

d) ANEXO V – Declaração Geral.

e) Declaração comprometendo-se a apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, documentação comprobatória de que possui disponibilidade dos equipamentos e veículos necessários à execução do objeto, mediante apresentação dos seguintes documentos:

e.1) Para máquinas e equipamentos, apresentar documentação que comprove a propriedade ou posse legítima, podendo ser aceitos, entre outros: Nota Fiscal de aquisição, contrato de compra e venda, contrato de arrendamento mercantil (leasing), contrato de locação, comodato ou documento equivalente que demonstre a disponibilidade do bem.

e.2) Para caminhões e veículos automotores, apresentar o respectivo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), em nome da empresa licitante ou, alternativamente, contrato que comprove a posse ou disponibilidade legal do veículo (ex.: locação, comodato ou arrendamento), acompanhado do CRLV correspondente.

e.3) No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, além da apresentação da documentação exigida, a contratada deverá disponibilizar todos os caminhões, máquinas e equipamentos para vistoria presencial, em data, horário e local definidos pela Administração Municipal, com a finalidade de comprovar as condições de funcionamento e operação, o atendimento às especificações técnicas exigidas e a conformidade com todas as disposições previstas neste Termo de Referência.

10.6. Disposições Gerais:

10.6.1. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

10.6.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6.2. A falta de quaisquer dos documentos mencionados, ou a apresentação dos mesmos em desacordo com o presente Edital, implicará na inabilitação da licitante.

10.6.3. A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.



10.6.4. É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

10.6.5. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei Nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

10.6.5.1. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

10.6.5.2. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.6.5.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 10.6.5.2, implicará na decadência do direito à contratação, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

10.6.6. Não será aceito a substituição dos documentos de habilitação por protocolos de requerimento de certidão.

10.6.7. Na hipótese de **não constar prazo de validade das certidões** apresentadas, esta Prefeitura Municipal de Itupeva **aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa)** dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, exceto para efeito de validade das certidões de regularidade fiscal, nos termos do subitem 10.2.8.

10.7. SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, AS LICITANTES VENCEDORAS, DEVERÃO ANEXAR JUNTO AO SITE BBMNET APENAS OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NESTE EDITAL.

10.7.1. Caso existam mais documentos do que os solicitados ou documentos dirigidos a outros órgãos, a **documentação completa poderá ser desconsiderada**.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma **imediata** após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.3. A apreciação dos recursos, suas razões e contrarrazões dar-se-á em fase única.

11.3.1. As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **três dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

11.3.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas



contrarrazões, no prazo de **três dias úteis**, contado do término do prazo para apresentação das razões do recurso.

11.3.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, mediante vistas aos autos processuais disponíveis na Secretaria Municipal de Gestão Pública – Departamento de Compras, Licitações e Contratos, localizada na Avenida Eduardo Aníbal Lourençon, nº 15 – 2º andar, Parque das Vinhas, Itupeva/SP – CEP 13295-522, das 09:00h às 16:00h.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhar os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.

11.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.7. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONTRATAÇÕES

12.1. Adjudicado o objeto e homologada a licitação pela autoridade competente, será o licitante vencedor convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, que deverá fazê-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da convocação.

12.2. O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Gestão Pública.

12.2.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

12.2.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

12.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.5. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos (Decreto Municipal nº 3.601/2023, art. 125).

12.5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



12.5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados

12.5.2. O reequilíbrio apenas se aplica ao caso da teoria da imprevisão, prevista nos artigos 478 a 480 do Código Civil, que reconhece que determinados eventos ocorridos sem culpa das partes podem vir a alterar o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado. Em tais casos, imperioso se faz o reequilíbrio contratual em favor da parte financeiramente prejudicada, de forma a se manter a estabilidade na relação entre as obrigações do contratado perante a Administração e a sua justa retribuição. São situações que se enquadram na teoria da imprevisão:

- a) Força maior e caso fortuito, casos em que, por ação de terceiros ou fato da natureza, ocorre uma alteração substancial na execução do contrato.
- b) Fato do príncipe, que se configura quando um ato do Poder Público, ainda que não diretamente relacionado ao contrato, o afeta de modo relevante.
- c) Fato da Administração, que ocorre quando uma atuação estatal específica incide diretamente sobre o contrato, inviabilizando a sua execução nos termos inicialmente pactuados.
- d) Interferências imprevisíveis ou previsíveis de efeitos imensuráveis, hipótese em que fatos existentes na época da contratação, mas desconhecidos em sua especificidade pelas partes, inviabilizam a execução do contrato.

12.6. A existência de preço registrado não obriga a Prefeitura Municipal de Itupeva a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições.

12.7. A Prefeitura Municipal de Itupeva não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

12.8. Os licitantes não poderão oferecer proposta com quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

12.9. Não será admitida a utilização de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

12.10. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preços:

12.10.1. Quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

12.10.2. Quando o fornecedor não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

12.10.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10.4. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o



prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.11. Quando da necessidade do objeto, a Prefeitura Municipal de Itupeva, emitirá Autorização de Fornecimento específica para o VENCEDOR, visando o fornecimento dos itens constantes do objeto desta licitação.

12.12. A autorização de fornecimento será encaminhada por e-mail, podendo ser retirada diretamente na Secretaria Municipal de Gestão Pública - Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

12.13. A recusa injustificada do vencedor em receber a Autorização de Fornecimento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.14. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o gestor convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.14.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.14.2. Na hipótese prevista no item 12.14.1., o gestor convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

12.14.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o gestor solicitará o cancelamento da ata de registro de preços, desde que devidamente comprovado e justificado.

12.15. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gestor a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.15.1. Para fins do disposto no item 12.15., o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

12.15.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 129 do Decreto Municipal nº 3.601/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/ 2021, e na legislação aplicável.

12.15.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gestor convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

12.15.3.1. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o item 13 do presente edital, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

12.15.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o gestor solicitará o cancelamento da ata de registro de preços, desde que devidamente comprovado e justificado, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 12.10. e seus subitens.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pela Administração Municipal ocorrerá em no máximo 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado.

14.2. Os serviços serão prestados de acordo com o Cronograma de Atividades da Secretaria requisitante, respeitando os horários definidos para cada tipo de intervenção.

14.3. Os serviços serão mensurados mensalmente, ao longo de um período de 30 dias de serviços prestados, de acordo com as unidades de medição solicitadas.

14.4. Devem ser apresentados em forma de planilhas eletrônicas e impressas, contendo o logotipo e identificações claras dos responsáveis pela elaboração.

14.5. A medição deve ser protocolada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade, e aprovada pelo engenheiro da obra, dentro de um prazo de até 05 dias úteis, a contar da data de protocolo.



14.6. Caso haja alguma controvérsia sobre a medição, este deve ser apontado e revisado imediatamente pela empresa. Em seguida, deve ser reimpresso e seguir os trâmites acima descritos.

14.7. Somente após a aprovação da medição e a solicitação de emissão da Nota Fiscal, a empresa deverá emitir uma Nota Fiscal

14.8. As medições serão calculadas pela empresa prestadora dos serviços com base nas partes diárias assinadas, devendo ser apresentadas e submetidas à aprovação da Prefeitura, com início no primeiro dia útil de cada mês e término no último dia do mesmo mês. As medições serão apresentadas até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços.

14.9. Após o recebimento da Medição calculada pela empresa, a Prefeitura terá 5 (cinco) dias úteis a partir da data de registro do protocolo no documento para aceitar ou rejeitar os quantitativos e/ou valores compilados.

14.10. A Medição só terá validade após a aprovação devidamente formalizada pela Prefeitura, quando poderá ser faturada.

14.11. Fora dos horários estabelecidos para os serviços da Prefeitura, os veículos permanecerão sob a guarda e responsabilidade exclusiva da empresa contratada. Mediante aprovação do órgão competente, os veículos poderão ser deixados em uma área designada pelo Município, facilitando a prontidão operacional.

14.12. Para os contratos de fornecimento, será considerada a data do adimplemento da obrigação pelo contratado a data da entrega do bem e, nos demais contratos, a conclusão da atividade ou o último dia do ciclo de medição, conforme o caso.

14.13. O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado expressamente pelo fiscal do contrato o não cumprimento total da obrigação contratual.

Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela incontroversa.

14.15. Caso o contratado deixe de cumprir a obrigação de emissão de nota fiscal dentro do prazo de pagamento, a Administração Municipal aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da entrega da nota fiscal.

14.16. A Nota Fiscal que for apresentada com erros será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

14.17. PARA FINS ESPECÍFICOS DE PAGAMENTO, a cada emissão de Nota Fiscal e Fatura a beneficiária deverá apresentar, ao fiscal do contrato, as certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, FGTS, a certidão negativa de débitos trabalhistas e Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede da empresa, estas últimas NO QUE COUBER AO OBJETO ORA LICITADO.

14.18. A Nota Fiscal será atestada pelo fiscal do contrato e/ou servidor responsável pelo recebimento dos produtos, encaminhada ao Secretário responsável pela pasta para autorização e encaminhada à Secretaria Municipal de Fazenda para pagamento.

14.19. A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, deverá constar indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes ao ramo de atividade - para as empresas dispensadas da retenção do IRRF, informar a condição de dispensa.

14.20. A nota fiscal deverá conter o número do Contrato, número da Nota de Empenho e o Sistema de Cobrança (em carteira ou bancário - especificando o banco, agência e número da conta neste último caso).



15. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

15.1.1. Advertência, aplicável à Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

15.1.2. Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso no fornecimento, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato com o consequente cancelamento da Ata de Registro de Preços, cumulada com outras sanções;

15.1.3. Multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor estimado do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

15.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.3.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.3.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.3.6. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou retirar a Ordem de Fornecimento ou não entregar a documentação exigida para sua assinatura, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

15.1.3.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou Prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.3.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.3.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.3.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.3.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a licitações e contratos:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da



licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.1.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Itupeva, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

15.1.4.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.4.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

15.1.4.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.4.5. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não aceitar ou retirar a Ordem de Fornecimento ou não entregar a documentação exigida para sua assinatura, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

15.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

15.1.5.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.5.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.5.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.5.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.5.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a licitações e contratos:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.



15.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.1.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.1.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.1.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.1.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.1.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.4. É admitida a reabilitação da licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

15.4.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

15.4.2. Pagamento da multa;

15.4.3. Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

15.4.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

15.4.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos.

15.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação de licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.6.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

15.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

15.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

15.10. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá



recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

15.10.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.11. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

16.1. Até o 3º (terceiro) dia útil antecedente à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

16.2. Aditem-se **esclarecimentos** no prazo determinado no item acima, por intermédio dos e-mails licitacoes@itupeva.sp.gov.br e fernanda.ferroli@itupeva.sp.gov.br; os mesmos serão respondidos em até 2 (dois) dias úteis a contar de seu recebimento.

16.3. Eventual **impugnação** do Edital, devidamente fundamentada, deverá ser dirigida a Secretaria Municipal de Gestão Pública, aos cuidados do Pregoeiro e Equipe de Apoio, por intermédio dos e-mails licitacoes@itupeva.sp.gov.br e fernanda.ferroli@itupeva.sp.gov.br, dentro do prazo estipulado no Item 16.1.

16.3.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

16.4. Os esclarecimentos, bem como as impugnações, após respostas aos interessados, serão divulgadas por meio do sistema eletrônico, em campo acessível para os interessados na licitação.

17. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

17.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

17.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

17.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de produtos nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

17.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a



fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

17.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Em caso de alteração do texto do edital e de seus anexos que afete a documentação a ser apresentada ou formulação da proposta, será restituído na íntegra o prazo de divulgação antes concedido.

18.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal

18.3. O Município de Itupeva não se responsabilizará pela entrega de material sem a respectiva Autorização de Fornecimento.

18.4. No período de validade do Registro de Preços, fica facultado ao Município de Itupeva contratar ou não os fornecimentos.

18.5. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.7. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, não sendo permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, conforme art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.8. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e que venha a ser aceito pelo Pregoeiro.

18.9. O órgão licitante poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrente de fatos supervenientes a sua abertura, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado. Em ambos os casos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.10. Todos os atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação e o resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município de Itupeva.

18.11. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.601, de 28 de abril de 2023, na Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações.

18.12. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste edital.

18.13. É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

18.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Itupeva/SP.

18.15. Integram o presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência;



ITUPEVA
PREFEITURA

GESP SECRETARIA DE
GESTÃO PÚBLICA

ANEXO II – Declaração de Habilitação e Atendimento às Condições do Edital;

ANEXO III – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO IV – Declaração de Inidoneidade;

ANEXO V – Declaração Geral;

ANEXO VI – Modelo Proposta de Preços;

ANEXO VII – Minuta Ata de Registro de Preços;

ANEXO VIII – Minuta Cadastro Reserva;

ANEXO IX – Declaração de Disponibilidade de Equipamentos, Veículos e Compromisso de Vistoria

CARLOS EDUARDO MARQUES NEGRÃO
Chefe do Gabinete do Prefeito Municipal



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Documento de Formalização de Demanda nº 002/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Objeto: Registro de Preços para Contratação de serviços de hora-máquina, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de equipamentos, operadores/motoristas, combustível, manutenção, seguros e demais encargos; conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme § 1º, do artigo nº 32 do Decreto Municipal nº 3.601/2023.

1.3. Quantitativo:

LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.
1	CAMINHÃO BASCULANTE TIPO TRUCK	4800	HORA
2	CAMINHÃO COM CARROCERIA, COM CABINE AUXILIAR, TIPO TOCO.	2400	HORA
3	CAMINHÃO COM POTÊNCIA DE 280 CV.	600	HORA
4	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 110 HP.	1200	HORA
5	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 150 HP.	1200	HORA
6	MOTONIVELADORA, COM RIPPER TRASEIRO COM LARGURA DE CORTE DE NO MÍNIMO 2.000 MM.	2400	HORA
7	RETROESCAVADEIRA, COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4.	2400	HORA
8	DRAGA 6 POLEGADAS, COM POTÊNCIA DE 180 CV.	600	HORA
9	CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO.	600	HORA
10	MINI CARREGADEIRA.	1200	HORA

1.4. Vigência e possibilidade de prorrogação:

1.4.1. O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de preços, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84, da Lei Federal 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação deverá ser realizada por meio da modalidade Pregão Eletrônico, tendo em vista que o objeto consiste na contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

A adoção do Pregão encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 28, que estabelece o pregão como uma das modalidades de licitação aplicáveis, e no art. 29, que determina sua utilização para contratação de bens e serviços comuns.

Além disso, a Lei nº 14.133/2021 prioriza a utilização da forma eletrônica, conforme disposto no art. 17, que prevê que os processos licitatórios deverão ocorrer preferencialmente em meio eletrônico, com o objetivo de ampliar a competitividade, assegurar maior transparência e fortalecer o controle público sobre os atos administrativos.



A realização do Pregão na forma eletrônica promove maior eficiência e economicidade, permitindo ampla participação de licitantes de diversas localidades, aumentando a concorrência e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ademais, a disputa de lances em ambiente virtual contribui para redução de custos e maior celeridade no procedimento licitatório, além de garantir registro integral das etapas do certame, reforçando os princípios da publicidade e transparência.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a possibilidade de definição objetiva do serviço, bem como as disposições legais estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a adoção do Pregão Eletrônico é a modalidade mais adequada para a presente contratação, atendendo aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação encontra amparo legal nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam o referido sistema como procedimento auxiliar das contratações públicas.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de serviços de hora-máquina, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de equipamentos, operadores/motoristas, combustível, manutenção, seguros e demais encargos, encontra respaldo nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam o referido sistema como procedimento auxiliar destinado a viabilizar contratações futuras de forma mais eficiente e econômica.

A contratação não gera obrigação de permanência exclusiva dos equipamentos, exceto durante as horas efetivamente solicitadas por Ordem de Serviço.

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o SRP é cabível quando a Administração necessita realizar contratações frequentes ou quando não for possível definir previamente o quantitativo exato do objeto, situação plenamente compatível com a natureza dos serviços ora pretendidos.

No presente caso, os serviços de hora-máquina possuem caráter recorrente e sob demanda, com quantitativos variáveis e imprevisíveis, conforme as necessidades operacionais da Administração, tais como manutenção de vias, apoio a obras, serviços emergenciais e outras atividades que dependem de fatores externos e não podem ser rigidamente quantificadas com antecedência.

Dessa forma, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais adequada, uma vez que:

- I** – viabiliza a contratação sob demanda, permitindo à Administração acionar os serviços conforme a real necessidade, sem a obrigação de contratação imediata ou integral dos quantitativos registrados, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021;
- II** – assegura maior flexibilidade operacional, possibilitando respostas rápidas às demandas supervenientes, inclusive situações emergenciais, sem interrupção das atividades administrativas e operacionais;
- III** – promove maior eficiência administrativa, ao reduzir a necessidade de sucessivas licitações para serviços recorrentes, otimizando recursos humanos e materiais;
- IV** – contribui para a racionalização dos gastos públicos, uma vez que concentra as contratações em um único procedimento, amplia a competitividade entre os licitantes e possibilita a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração;
- V** – garante a pronta contratação dos serviços, com fornecedores previamente registrados, assegurando a continuidade dos serviços essenciais e o adequado atendimento ao interesse público.

Ressalte-se que o registro de preços não implica vínculo contratual imediato, constituindo apenas expectativa de contratação, a ser formalizada por meio de instrumento próprio, conforme a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária no momento da demanda.



Diante do exposto, resta devidamente justificada a adoção do Sistema de Registro de Preços para a contratação dos serviços de hora-máquina, por atender aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

2.2. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA).

2.3. NÃO PERMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

A vedação à participação de empresas em consórcio na presente contratação encontra respaldo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que faculta à Administração Pública admitir ou vedar, de forma motivada, a participação consorciada, conforme as características do objeto e o interesse público envolvido.

No caso em análise, o objeto consiste na contratação de serviços de hora-máquina, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de caminhões, máquinas e equipamentos, incluindo operadores/motoristas, combustível, manutenção, seguros e demais encargos necessários à plena execução contratual. Trata-se de contratação de natureza recorrente e sob demanda, a ser acionada conforme necessidades variáveis da Administração Municipal, exigindo pronta mobilização de equipamentos e operadores, padronização de procedimentos e eficiência na gestão e fiscalização, a fim de assegurar a continuidade e a efetividade das atividades de manutenção da infraestrutura urbana e rural.

A não permissão de consórcios justifica-se pelos seguintes fundamentos:

I – Natureza comum e homogênea do objeto, composto por serviços compatíveis entre si e usualmente ofertados pelo mercado por empresas individualmente constituídas, não demandando conjugação de especialidades técnicas distintas que justifique a formação consorciada;

II – Existência de mercado competitivo e ampla oferta de fornecedores, com empresas especializadas e estruturadas para execução integral do objeto, possuindo frota própria ou disponibilidade comprovável por meios lícitos (locação, comodato, arrendamento), o que afasta a necessidade de ampliação artificial da competitividade mediante consórcios;

III – Necessidade de resposta rápida e mobilização imediata, tendo em vista que os serviços serão requisitados conforme demanda, inclusive em situações emergenciais decorrentes de intempéries e manutenção corretiva, circunstância que exige organização operacional centralizada e reduz risco de atrasos por dificuldades internas de coordenação entre consorciadas;

IV – Mitigação de riscos de execução e garantia de responsabilização direta, pois a contratação com consórcio pode gerar complexidade na apuração de responsabilidades, dificuldades na aplicação de sanções e maior risco de conflitos internos entre consorciadas, o que pode comprometer o atendimento tempestivo das ordens de serviço;

V – Redução da complexidade administrativa e maior eficiência na fiscalização, considerando que a execução envolve controle de equipamentos, operadores, horários, medições por hora trabalhada e eventual substituição de frota e mão de obra, sendo mais eficiente e menos oneroso para a Administração concentrar a responsabilidade em um único contratado;

VI – Preservação do interesse público e continuidade dos serviços essenciais, uma vez que a execução dos serviços impacta diretamente a manutenção da infraestrutura urbana e rural, sendo necessário garantir maior previsibilidade, estabilidade contratual e uniformidade operacional.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios revela-se medida adequada, proporcional e justificada, não configurando restrição indevida à competitividade, mas providência voltada à eficiência, segurança jurídica, economicidade e efetividade na execução do objeto, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.



2.4. DA PERMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a SUBCONTRATAÇÃO parcial do objeto, limitada a até 30% (trinta por cento) do quantitativo total registrado, desde que atendidas as seguintes condições:

- a) A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Contratante, a quem caberá avaliar se a subcontratada possui os requisitos de habilitação e qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados.
- b) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da detentora da Ata de Registro de Preços pela perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe realizar a supervisão, coordenação e controle das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações contratuais correspondentes ao objeto subcontratado.
- c) A subcontratação não exime a detentora da Ata do cumprimento integral das condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e demais documentos vinculados, permanecendo responsável por eventuais danos, prejuízos ou falhas na execução.

2.4.1. Fica vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

2.4.2. A subcontratação é vedada para motorista/operador.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na instituição de Ata de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na locação de caminhões, máquinas e equipamentos pesados, com fornecimento de operadores/motoristas devidamente qualificados, bem como combustíveis, lubrificantes e toda a manutenção preventiva e corretiva necessária ao pleno funcionamento dos equipamentos.

3.2. A contratação terá caráter eventual e complementar, sendo acionada exclusivamente para auxiliar as equipes próprias da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em situações de aumento pontual da demanda, indisponibilidade de equipamentos próprios, execução simultânea de frentes de trabalho ou em casos de urgência e atendimento emergencial, sem substituir a atuação regular dos servidores municipais.

3.3. A utilização do registro de preços permitirá à Administração Municipal realizar as contratações de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva, durante o período de vigência da Ata, sem obrigação de consumo mínimo, garantindo flexibilidade operacional, rapidez na resposta às demandas e melhor gestão dos recursos públicos.

3.4. Os serviços serão medidos por hora de utilização (hora-máquina/hora-caminhão), assegurando controle, transparência e proporcionalidade na execução e no pagamento, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

3.5. A empresa contratada será responsável pelo transporte dos equipamentos, cumprindo rigorosamente o Cronograma de Serviços definido pela Prefeitura Municipal de Itupeva para garantir a pontualidade na execução das tarefas.

3.6. A empresa deverá assegurar que todos os veículos estejam em condições ideais de uso, assumindo todos os custos relativos à conservação, manutenção, abastecimento de combustível e



aplicação de lubrificantes.

3.7. Os veículos, deverão ser acompanhados de motorista/operador, deverão ser disponibilizados no local indicado pela Prefeitura em até 48 horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

3.8. Em casos de falha ou problemas que impeçam o trabalho adequado, a empresa deverá substituir o veículo por outro com especificações iguais ou similares no prazo máximo de 24 horas, evitando interrupções nos serviços.

3.9. Quando solicitado pela Prefeitura, a empresa deverá substituir qualquer motorista em um prazo de até 24 horas, sem gerar custos adicionais para o Município.

3.10. Os serviços serão prestados de acordo com o Cronograma de Atividades da Secretaria requisitante, respeitando os horários definidos para cada tipo de intervenção.

3.11. Os serviços serão mensurados mensalmente, ao longo de um período de 30 dias de serviços prestados, de acordo com as unidades de medição solicitadas.

3.12. Devem ser apresentados em forma de planilhas eletrônicas e impressas, contendo o logotipo e identificações claras dos responsáveis pela elaboração.

3.13. A medição deve ser protocolada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade, e aprovada pelo engenheiro da obra, dentro de um prazo de até 05 dias úteis, a contar da data de protocolo.

3.14. Caso haja alguma controvérsia sobre a medição, este deve ser apontado e revisado imediatamente pela empresa. Em seguida, deve ser reimpresso e seguir os trâmites acima descritos.

3.15. Somente após a aprovação da medição e a solicitação de emissão da Nota Fiscal, a empresa deverá emitir uma Nota Fiscal faturada para 30 (trinta) dias.

3.16. Os critérios de medição seguirão os da tabela aprovada na licitação.

3.17. As medições serão calculadas pela empresa prestadora dos serviços com base nas partes diárias assinadas, devendo ser apresentadas e submetidas à aprovação da Prefeitura, com início no primeiro dia útil de cada mês e término no último dia do mesmo mês. As medições serão apresentadas até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços.

3.18. Após o recebimento da Medição calculada pela empresa, a Prefeitura terá 5 (cinco) dias úteis a partir da data de registro do protocolo no documento para aceitar ou rejeitar os quantitativos e/ou valores compilados.

3.19. A Medição só terá validade após a aprovação devidamente formalizada pela Prefeitura, quando poderá ser faturada.

3.20. Fora dos horários estabelecidos para os serviços da Prefeitura, os veículos permanecerão sob a guarda e responsabilidade exclusiva da empresa contratada. Mediante aprovação do órgão competente, os veículos poderão ser deixados em uma área designada pelo Município, facilitando a prontidão operacional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Técnicos da Prestação do Serviço

- Disponibilização de **máquinas e equipamentos em perfeito estado de funcionamento**
- Equipamentos compatíveis com as especificações do Termo de Referência
- Execução conforme as ordens de serviço emitidas pelo Município
- Atendimento dentro do prazo definido após solicitação



4.2. Requisitos de Mão de Obra / Operadores

- Operadores devidamente **habilitados e treinados**
- Motoristas com CNH compatível com o veículo (categoria exigida)
- Profissionais capacitados para operar com segurança e eficiência

4.3. Requisitos de Manutenção e Conservação

- Manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada
- Substituição imediata do equipamento em caso de defeito/quebra
- Equipamentos com revisões em dia

4.4. Requisitos de Documentação e Regularidade

- Veículos/equipamentos devidamente regularizados
- Licenciamento, registro e demais documentos obrigatórios
- Quando aplicável: comprovação de propriedade ou posse legal

4.5. A empresa contratada será responsável pelo transporte dos equipamentos até o local da prestação dos serviços, cumprindo rigorosamente o Cronograma de Serviços definido pela Prefeitura Municipal de Itupeva através da Secretaria Municipal de infraestrutura e Manutenção da Cidade, para garantir a pontualidade na execução das tarefas.

4.6. A empresa deverá assegurar que todos os veículos/máquinas e equipamentos, estejam em condições ideais de uso, assumindo todos os custos relativos à conservação, manutenção, abastecimento de combustível e aplicação de lubrificantes, bem como legislação pertinente.

4.7. Os veículos, deverão ser acompanhados de motorista/operador, deverão ser disponibilizados no local indicado pela Prefeitura em até 48 horas após o recebimento da Ordem de Serviço emitida única e exclusivamente pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade.

4.8. Em casos de falha ou problemas que impeçam o trabalho adequado, a empresa deverá substituir o veículo por outro com especificações iguais ou similares no prazo máximo de 24 horas, evitando interrupções nos serviços.

4.9. Quando solicitado pela Prefeitura, a empresa deverá substituir qualquer motorista em um prazo de até 24 horas, sem gerar custos adicionais para o Município.

4.10. Os serviços serão prestados de acordo com o Cronograma de Atividades da Secretaria requisitante, respeitando os horários definidos para cada tipo de intervenção.

4.11. A medição dos serviços será realizada por hora trabalhada, com registros em fichas de execução assinadas pelo solicitante.

4.12. Em caso de necessidade urgente, os horários de serviço poderão ser estendidos para sábados, domingos, feriados e períodos fora do horário convencional, de acordo com a solicitação da Prefeitura.

4.13. Fora dos horários estabelecidos para os serviços da Prefeitura, os veículos permanecerão sob a guarda e responsabilidade exclusiva da empresa contratada. Mediante aprovação do órgão competente, os veículos poderão ser deixados em uma área designada pelo Município, facilitando a prontidão operacional.

4.14. A empresa declarada vencedora deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, documentação comprobatória de que possui disponibilidade dos equipamentos e veículos necessários à execução do objeto, mediante apresentação dos seguintes documentos:



a) Para máquinas e equipamentos, apresentar documentação que comprove a propriedade ou posse legítima, podendo ser aceitos, entre outros: Nota Fiscal de aquisição, contrato de compra e venda, contrato de arrendamento mercantil (leasing), contrato de locação, comodato ou documento equivalente que demonstre a disponibilidade do bem;

b) Para caminhões e veículos automotores, apresentar o respectivo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), em nome da empresa licitante ou, alternativamente, contrato que comprove a posse ou disponibilidade legal do veículo (ex.: locação, comodato ou arrendamento), acompanhado do CRLV correspondente.

A apresentação da documentação acima tem por finalidade comprovar que a empresa detentora da Ata possui condições operacionais de atender às demandas do Município, garantindo a execução do objeto nos prazos e condições estabelecidos, sem prejuízo do disposto na legislação vigente e da fiscalização pela Administração.

Ressalta-se ainda que a comprovação poderá ser realizada mediante apresentação de documentos que demonstrem a posse legítima ou disponibilidade dos bens, não se restringindo à propriedade, de modo a preservar a competitividade do certame e permitir a participação de empresas que utilizem equipamentos próprios ou obtidos por meio de contratos regulares de locação, arrendamento ou instrumentos equivalentes.

Dessa forma, a exigência mostra-se proporcional, razoável e necessária, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, segurança, planejamento e garantia da execução contratual.

4.15. A contratada se responsabilizará integralmente por:

- Abastecimento de todos os veículos
- Avarias causadas a terceiros no decorrer da execução dos serviços

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Para atingir os resultados pretendidos, a execução deverá estar de acordo com o definido no item 11 e 12 deste Termo de Referência e as etapas deverão ser aprovadas pelo Fiscal/Gestor/Engenheiro responsável do contrato.

- Prazos de entrega;
- Locais de entrega;
- Quantidades solicitadas;
- Marcas e especificações contidas em Contrato, Ata de Registro de Preços e/ou Autorizações

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

6.1. Ata de Registro de preços bem como as Autorizações de Fornecimento oriundos, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução da Ata de Registro de Preços / Autorização de Fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).



6.4. O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão prestados de acordo com o Cronograma de Atividades da Secretaria requisitante, respeitando os horários definidos para cada tipo de intervenção.

7.2. Os serviços serão mensurados mensalmente, ao longo de um período de 30 dias de serviços prestados, de acordo com as unidades de medição solicitadas.

7.3. Devem ser apresentados em forma de planilhas eletrônicas e impressas, contendo o logotipo e identificações claras dos responsáveis pela elaboração.

7.4. A medição deve ser protocolada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade, e aprovada pelo engenheiro da obra, dentro de um prazo de até 05 dias úteis, a contar da data de protocolo.

7.5. Caso haja alguma controvérsia sobre a medição, este deve ser apontado e revisado imediatamente pela empresa. Em seguida, deve ser reimpresso e seguir os trâmites acima descritos.

7.6. Somente após a aprovação da medição e a solicitação de emissão da Nota Fiscal, a empresa deverá emitir uma Nota Fiscal faturada para 30 (trinta) dias.

7.7. Os critérios de medição seguirão os da tabela aprovada na licitação.

7.8. As medições serão calculadas pela empresa prestadora dos serviços com base nas partes diárias assinadas, devendo ser apresentadas e submetidas à aprovação da Prefeitura, com início no primeiro dia útil de cada mês e término no último dia do mesmo mês. As medições serão apresentadas até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços.

7.9. Após o recebimento da Medição calculada pela empresa, a Prefeitura terá 5 (cinco) dias úteis a partir da data de registro do protocolo no documento para aceitar ou rejeitar os quantitativos e/ou valores compilados.

7.10. A Medição só terá validade após a aprovação devidamente formalizada pela Prefeitura, quando poderá ser faturada.

7.11. Fora dos horários estabelecidos para os serviços da Prefeitura, os veículos permanecerão sob a guarda e responsabilidade exclusiva da empresa contratada. Mediante aprovação do órgão competente, os veículos poderão ser deixados em uma área designada pelo Município, facilitando a prontidão operacional.

7.12. O pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pela Administração Municipal ocorrerá em no máximo 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado (Decreto Municipal nº 3.601/2023, artigo 182).



7.13. Para os contratos de fornecimento, será considerada a data do adimplemento da obrigação pelo contratado a data da entrega do bem e, nos demais contratos, a conclusão da atividade ou o último dia do ciclo de medição, conforme o caso.

7.14. O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado expressamente pelo fiscal do contrato o não cumprimento total da obrigação contratual.

7.15. Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela incontroversa.

7.16. Caso o contratado deixe de cumprir a obrigação de emissão de nota fiscal dentro do prazo de pagamento, a Administração Municipal aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da entrega da Nota fiscal.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na forma eletrônica, com fundamento da Lei nº 14.133/2021), que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

8.2. A contratação se dará pelo menor preço global, considerando o conjunto de máquinas, equipamentos e caminhões descritos neste documento.

Justificativa: A opção pelo agrupamento dos itens em lote único decorre da afinidade técnica e operacional entre os serviços de locação de máquinas, equipamentos e caminhões, todos destinados ao atendimento das atividades de manutenção da infraestrutura urbana e rural, com medição por hora de utilização.

O agrupamento visa facilitar a gestão contratual, padronizar a execução dos serviços e assegurar maior eficiência operacional, especialmente diante do caráter eventual e complementar da contratação, que será acionada conforme a necessidade da Administração. Ademais, o fracionamento do objeto em múltiplos itens poderia gerar dificuldades de coordenação, sobreposição de cronogramas e atrasos na mobilização, prejudicando a continuidade e a efetividade dos serviços públicos.

Ressalta-se que as demandas do Município frequentemente exigem a utilização simultânea de diferentes equipamentos e caminhões em uma mesma frente de trabalho, o que reforça a necessidade de contratação integrada, garantindo maior agilidade logística e compatibilidade operacional.

Ademais, a contratação por lote único favorece a racionalização dos custos administrativos, reduzindo a necessidade de múltiplos contratos ou ordens de serviço simultâneas.

Sob o aspecto econômico, o lote único possibilita economias de escala, incentivando a participação de empresas com capacidade técnica e operacional para atender ao conjunto dos itens, o que tende a resultar em propostas mais competitivas e vantajosas para a Administração, sem prejuízo à competitividade, uma vez que os serviços possuem natureza semelhante e compatível.

Destaca-se que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo admite o julgamento por lote único quando comprovada a pertinência técnica e operacional entre os itens e quando demonstrada a vantagem administrativa e econômica da contratação integrada, não sendo o parcelamento do objeto uma imposição absoluta, mas medida a ser adotada conforme a natureza da contratação e o interesse público. No caso concreto, os itens licitados consistem em serviços homogêneos de locação de máquinas, caminhões e equipamentos, com execução por demanda e medição por hora trabalhada, voltados ao mesmo fim público (manutenção da infraestrutura urbana e rural), possuindo evidente compatibilidade operacional e logística. O parcelamento em itens isolados, ao contrário de ampliar a competitividade, tenderia a gerar fragmentação contratual, aumento expressivo do custo



administrativo, multiplicação de fiscalizações, dificuldade de coordenação simultânea de frentes de trabalho e risco de descontinuidade na prestação dos serviços, com prejuízo direto ao interesse público. Ademais, a contratação global favorece a obtenção de economia de escala e maior eficiência na mobilização, garantindo resposta mais célere às demandas do Município, especialmente em situações emergenciais decorrentes de intempéries e manutenção corretiva. Assim, o julgamento pelo menor valor global no lote único encontra-se plenamente justificado, atende aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida proporcional e necessária à adequada execução do objeto.

Ademais, o lote único não impede a participação de ME/EPP, nem impede a apresentação de proposta por empresas que utilizem frota própria ou obtida mediante contratos regulares.

8.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme artigos 66 e 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Habilitação técnica

a) Atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1) Somente serão considerados válidos os atestados com identificação da entidade expedidora, anotação do nome completo, data e assinatura por pessoa física, identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, com dados para eventual contato. Essas informações estão sujeitas à conferência pelo Pregoeiro.

a.2) O quantitativo mínimo para os atestados apresentados fica estabelecido em 50% (cinquenta por cento), do quantitativo total do lote, sendo admitida a comprovação por atestados distintos e somados entre si, conforme a Súmula nº 24 do TCEP, conforme abaixo:

LOTE 1		
DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.
CAMINHÃO BASCULANTE TIPO TRUCK	2400	HORA
CAMINHÃO COM CARROCERIA, COM CABINE AUXILIAR, TIPO TOCO.	1200	HORA
CAMINHÃO COM POTÊNCIA DE 280 CV.	300	HORA
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 110 HP.	600	HORA
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 150 HP.	600	HORA
MOTONIVELADORA, COM RIPPER TRASEIRO COM LARGURA DE CORTE DE NO MÍNIMO 2.000 MM.	1200	HORA
RETROESCAVADEIRA, COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4.	1200	HORA
DRAGA 6 POLEGADAS, COM POTÊNCIA DE 180 CV.	300	HORA
CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO.	300	HORA
MINI CARREGADEIRA.	600	HORA
50% DO TOTAL	8700	HORAS

a.3) Será admitido somatório de atestados e comprovação por serviços similares/equivalentes.

8.5. Habilitação econômico-financeira (art. 69 da lei 14.133/2021)

a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, com antecedência máxima de 90 (noventa) dias contados da sua apresentação.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta. Entende-se por "último exercício social já exigível" aquele para o qual já se esgotou o prazo de apresentação do Balanço, conforme previsto no Código Civil.



c) Balanço e demonstrações que devem conter os registros no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como sendo acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

d) Para avaliar a situação financeira da LICITANTE será utilizado os Índices a seguir:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 0,70$$

e) Somente as empresas que ainda não completaram seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira através de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92.

f) Os índices econômicos preconizados na Lei 14133/21, destinam-se, exclusivamente, à seleção do licitante com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral dos serviços Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

g) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

h) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Nota: Os índices econômicos indicados na Lei 14.133/21, notadamente no artigo 69, § 1º, destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do Termo de Compromisso. O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresente capacidade para concluir o objeto da obrigação. Por conseguinte, a exigência dos índices tem sua importância e relevância, também, considerando que a empresa deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com toda a obrigação contratual, ser capaz de suportar eventuais atrasos no pagamento.

8.6. Não será admitida para outros entes, a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, pois a quantidade prevista foi feita com base em planejamento do setor requisitante e que é suficiente para nossa demanda anual com pequena margem para possível emergência.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação será definido com base em pesquisas de mercado e orçamentos a serem realizados após a elaboração do Termo de Referência.

9.2. A Administração opta pela não divulgação do valor estimado da contratação no edital e anexos da licitação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, visando preservar o interesse público e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa.

Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado poderá ter caráter sigiloso, sem



prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das especificações do objeto, devendo o valor ser disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, sempre que solicitado.

A adoção do sigilo do orçamento estimado justifica-se pela necessidade de evitar que o conhecimento prévio dos valores influencie artificialmente a formulação das propostas pelos licitantes, reduzindo a competitividade e podendo ocasionar alinhamento de preços próximos ao limite máximo previsto pela Administração.

Assim, a manutenção do orçamento estimado em caráter reservado contribui para ampliar a disputa efetiva entre os participantes, estimulando a apresentação de propostas mais vantajosas, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando que a divulgação prévia do orçamento pode comprometer o resultado do certame, entende-se que o sigilo do valor estimado constitui medida adequada e legal, adotada para assegurar maior competitividade e melhor aplicação dos recursos públicos, permanecendo o orçamento disponível para fiscalização pelos órgãos competentes, conforme determina a legislação vigente.

9.3. O orçamento estimado integra o processo administrativo e estará disponível ao controle interno e externo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O pagamento desta contratação correrá mediante a emissão de Autorização de Fornecimento ou Contrato, e onerará os recursos orçamentários e financeiros sob o nº 06.01.15.452.0004.2.116.339039.01.1100000.

11. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.
1	CAMINHÃO BASCULANTE TIPO TRUCK COM LONA, 6 X 4, CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 M ³ , POTÊNCIA MÍNIMA DE 270 CV, PBT MÍNIMO DE 20 TONELADAS, COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL.	4800	HORA
2	CAMINHÃO COM CARROCERIA, COM CABINE AUXILIAR, TIPO TOCO, 4 X 2, CAPACIDADE MÍNIMA DE 7.000 KGS, COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL.	2400	HORA
3	CAMINHÃO COM POTÊNCIA DE 280 CV, PBT DE 29.000 KGS, EQUIPADO COM KIT PARA TAPA BURACOS TBR 8 M ³ .	600	HORA
4	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 110 HP, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 17.000 KGS, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE 6.000 MM, CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 0,76 M ³ , COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL.	1200	HORA
5	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 150 HP, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 20.000 KGS, EQUIPADO COM BRAÇO ESTENDIDO, COM PROFUNDIDADE MÁXIMA DE ESCVAÇÃO DE 11.000 MM, ALTURA MÁXIMA DE CORTE DE NO MÍNIMO 13.000 MM, COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL.	1200	HORA
6	MOTONIVELADORA, COM RIPPER TRASEIRO COM LARGURA DE CORTE DE NO MÍNIMO 2.000 MM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140 HP, PESO OPERACIONAL DE 15.000 KGS, COM CABINE FECHADA ROPS / FOPS, COM AR-CONDICIONADO, COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL.	2400	HORA
7	RETROESCAVADEIRA, COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4, POTÊNCIA DE 95 HP, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 7.000 KGS.	2400	HORA
8	DRAGA 6 POLEGADAS, COM POTÊNCIA DE 180 CV, DRAGA DE NO MÍNIMO 6 POLEGADAS, PARA DESSASSOREAMENTO DE CÓRREGOS, RIBEIRÕES, LAGOS/ REPRESAS E LOCAIS AFINS, COM MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL.	600	HORA
9	CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO, ALTA PRESSÃO / SUGADOR ALTO VÁCUO, ACOPLADO A UM CAMINHÃO TRUCADO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 280 CV, PBT MÍNIMO DE 29.000 KGS, COM TANQUE COM CAPACIDADE DE 20.000 L, SENDO 15.000 L PARA RESÍDUOS E 5.000 L PARA ÁGUA.	600	HORA
10	MINI CARREGADEIRA, COM CAPACIDADE OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 600 KGS E PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 2.500 KGS, POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 60 HP.	1200	HORA



NOTA.: As especificações mínimas foram definidas considerando a compatibilidade com os serviços de infraestrutura urbana e rural, produtividade esperada e condições de segurança operacional, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores

11.1. A detentora da Ata comprometer-se-á a atender à Ordem de Serviço emitida pela **Prefeitura Municipal de Itupeva** no prazo máximo de 48 horas.

11.2. O local de entrega, o horário e as condições para o recebimento do objeto estarão em conformidade com o estabelecido na Ordem de Serviço mencionada.

11.3. Todos os caminhões, máquinas e equipamentos alocados na execução dos serviços deverão conter identificação visual, com a finalidade de garantir a fiscalização, o controle operacional e a transparência da utilização dos bens em serviço da Administração Pública.

11.4. A identificação deverá ser realizada, preferencialmente, por meio de manta magnética ou adesivo removível, afixado em local visível do equipamento, sem causar danos ou alterações permanentes, contendo, no mínimo:

- a inscrição "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA";
- a logomarca da Prefeitura Municipal de Itupeva;
- o número de telefone; e
- o número do processo administrativo que originou a contratação.

11.5. A identificação deverá possuir dimensão mínima aproximada de 21 x 29 cm, admitida variação compatível com o tipo e o porte do equipamento.

11.6. A utilização de pintura definitiva somente será admitida a critério da contratada, como alternativa à identificação removível, não sendo exigida como condição obrigatória.

11.7. Veículos, máquinas e equipamentos sem a identificação da Manta Magnética poderão ser retirados de operação e serão considerados inoperantes a partir da comunicação formal.

11.8. A empresa prestadora de serviços será responsável pelos custos e pela elaboração da Manta Magnética.

11.9. Os caminhões, máquinas e equipamentos disponibilizados deverão estar em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, compatíveis com a execução dos serviços, atendendo às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes.

11.10. Os veículos / máquinas /equipamentos deverão possuir até 10 (dez) anos de fabricação.

11.10.1. A exigência de que os caminhões, máquinas e equipamentos disponibilizados para execução do objeto possuam até 10 (dez) anos de fabricação encontra fundamento no interesse público e na necessidade de garantir a continuidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços de manutenção da infraestrutura urbana e rural do Município.

Considerando que o objeto trata de serviços essenciais e recorrentes, executados sob demanda, muitas vezes em situações emergenciais (como recomposição de vias, limpeza e desobstrução de drenagem, atendimento após eventos climáticos, retirada de entulhos e recuperação de estradas), é imprescindível que os equipamentos utilizados apresentem confiabilidade operacional, reduzindo significativamente o risco de falhas mecânicas, paralisações inesperadas e atrasos na execução.

Equipamentos com elevado tempo de uso tendem a apresentar maior incidência de desgastes estruturais e mecânicos, com aumento da frequência de manutenção corretiva, elevação do risco de indisponibilidade e redução de produtividade, o que compromete diretamente o atendimento das ordens de serviço no prazo estipulado e pode acarretar prejuízos à Administração e à coletividade.

Além disso, o uso de máquinas e caminhões em melhores condições de fabricação contribui para



maior eficiência na execução, melhor desempenho nas atividades de carga, escavação, nivelamento, dragagem e limpeza, bem como reduz custos indiretos decorrentes de interrupções, retrabalho e substituições recorrentes, preservando o princípio da economicidade.

Ressalta-se, ainda, que a exigência está relacionada à necessidade de assegurar condições mínimas de segurança operacional, tendo em vista que os equipamentos serão utilizados em vias públicas, áreas urbanas e rurais, podendo envolver circulação próxima a pedestres, servidores municipais e terceiros. Equipamentos excessivamente antigos apresentam maior probabilidade de falhas em sistemas essenciais, como freios, direção, hidráulica e componentes estruturais, elevando riscos de acidentes e de responsabilidade civil do contratado e, indiretamente, da Administração.

A limitação estabelecida não tem por finalidade restringir a competitividade, mas sim garantir que a futura contratada disponha de frota compatível com o padrão mínimo de desempenho exigido para a adequada execução do objeto. Ademais, o prazo máximo fixado em 10 anos revela-se proporcional e razoável, considerando que se trata de critério amplamente praticado no mercado para contratos públicos de prestação de serviços com máquinas pesadas, e que ainda permite ampla participação de empresas que atuam regularmente no segmento.

Dessa forma, a exigência de idade máxima visa assegurar confiabilidade operacional, segurança, produtividade mínima e redução de riscos de paralisação, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.11. Deverá apresentar declaração comprometendo-se a apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, documentação comprobatória de que possui disponibilidade dos equipamentos e veículos necessários à execução do objeto, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Para máquinas e equipamentos, apresentar documentação que comprove a propriedade ou posse legítima, podendo ser aceitos, entre outros: Nota Fiscal de aquisição, contrato de compra e venda, contrato de arrendamento mercantil (leasing), contrato de locação, comodato ou documento equivalente que demonstre a disponibilidade do bem;

b) Para caminhões e veículos automotores, apresentar o respectivo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), em nome da empresa licitante ou, alternativamente, contrato que comprove a posse ou disponibilidade legal do veículo (ex.: locação, comodato ou arrendamento), acompanhado do CRLV correspondente.

11.12. Além da apresentação documental, a contratada após solicitação do pregoeiro, deverá disponibilizar no prazo de até 10 (dez) dias úteis, todos os caminhões, máquinas e equipamentos para vistoria presencial, em data e local definidos pela Administração, a fim de comprovar as condições de operação, o atendimento às especificações técnicas e a conformidade com as exigências deste Termo de Referência.

11.12.1. A exigência de comprovação de disponibilidade dos equipamentos e veículos necessários à execução do objeto justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa vencedora possua efetivas condições operacionais para atender às demandas do Município, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos.

11.12.2. Considerando que o objeto trata da disponibilização de máquinas, caminhões e equipamentos especializados, cuja utilização poderá ocorrer de forma imediata e sob demanda, inclusive em situações emergenciais, torna-se indispensável que a futura detentora da Ata de Registro de Preços demonstre previamente que dispõe dos meios materiais necessários para iniciar a execução dos serviços quando acionada pela Administração.

11.12.3. Tal exigência visa evitar riscos de inadimplemento contratual, atrasos na mobilização de equipamentos e prejuízos à execução de atividades essenciais, como manutenção de vias, limpeza urbana, drenagem e atendimento a ocorrências decorrentes de eventos



climáticos.

11.12.4. Dessa forma, busca-se assegurar maior controle sobre a frota utilizada, reduzir riscos de indisponibilidade de maquinário, fortalecer a responsabilidade direta da contratada sobre a manutenção e a operação dos equipamentos e resguardar a execução regular, contínua e segura dos serviços.

11.12.5. A vistoria poderá ocorrer por amostragem e/ou diligência técnica, sem ônus à Administração, garantindo razoabilidade e competitividade.

11.13. Os operadores/condutores, deverão apresentar-se adequadamente uniformizados, identificando a empresa, e possuirão cursos específicos (conforme o caso) e habilitações conforme a legislação vigente.

11.14. A empresa substituirá, no prazo máximo de 24 horas após o conhecimento e a respectiva comunicação do responsável da Prefeitura Municipal de Itupeva, qualquer empregado considerado inapto ou incapacitado para suas funções.

11.15. A empresa assumirá a responsabilidade pela condução e o acompanhamento dos veículos, maquinários e equipamentos por meio de seus operadores durante a prestação dos serviços.

11.16. A exigência das comprovações exigidas no item 11, somente será aplicada ao licitante vencedor, como condição para assinatura da Ata/contrato.

12. LOCAIS DE ENTREGA E REGRAS PARA RECEBIMENTO

12.1. Os serviços serão prestados de acordo com o Cronograma de Atividades da Secretaria requisitante, respeitando os horários definidos para cada tipo de intervenção.

12.2. A empresa vencedora deverá emitir Nota Fiscal e Fatura correspondente a cada serviço prestado e não deverão ter limite de quantidade mínima para cada entrega.

12.3. Na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos, a contratada se obriga a reparar a falha e, se houver necessidade, substituir os materiais no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem quaisquer ônus para o Município de Itupeva.

12.4. As entregas deverão ser acompanhadas de 02 (duas) vias da Nota Fiscal, contendo o número do Contrato ou da Autorização de Fornecimento e o Sistema de Cobrança (em carteira ou bancário - especificando o banco, agência e número da conta neste último caso).

12.5. Os recebimentos provisório e definitivo se darão conforme o Capítulo IV (artigos 178 á 180) do Decreto Municipal nº 3.601/2023.

13. ESPECIFICAÇÕES DE GARANTIA

13.1. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual:

- seguro de responsabilidade civil, cobrindo danos materiais, pessoais e morais causados a terceiros;
- seguro dos equipamentos, quando aplicável, contra danos, avarias, sinistros, roubo ou furto;
- demais seguros exigidos pela legislação vigente.



ANÁLISE DE RISCO

Documento de Formalização de Demanda nº 002/2026

Risco	Consequência	Medidas de Mitigação
Indisponibilidade de equipamentos	Atraso na execução de serviços essenciais de manutenção urbana e rural, comprometendo a infraestrutura e o atendimento à população.	Previsão contratual de substituição imediata dos equipamentos indisponíveis, com aplicação de penalidades em caso de descumprimento.
Qualidade inadequada dos equipamentos ou serviços	Redução da eficiência operacional e necessidade de retrabalho, com possível aumento de custos.	Definição clara das especificações técnicas, exigência de equipamentos em boas condições operacionais e fiscalização contínua durante a execução.
Fiscalização inadequada da execução contratual	Falhas no controle da qualidade, riscos à segurança e prejuízo à eficiência dos serviços.	Designação formal de gestor e fiscais do contrato, com utilização de checklists e registros periódicos de conformidade.
Aumento de custos operacionais	Impacto negativo no orçamento municipal em razão de custos superiores aos estimados.	Utilização do registro de preços, com pagamento restrito às horas efetivamente utilizadas e controle rigoroso das ordens de serviço.
Impactos ambientais	Emissão de ruídos e poluentes, afetando o meio ambiente e a qualidade de vida da população.	Exigência de cumprimento da legislação ambiental, manutenção adequada dos equipamentos e definição de horários apropriados para operação.



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PROCESSO Nº 1761/2026

Eu _____ (nome completo), RG nº _____, CPF nº _____, representante legal da empresa _____ (razão social da empresa), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, **DECLARO**, sob as penas da lei, que conheço as especificações do objeto do **Pregão Eletrônico nº 030/2026** e os termos constantes no edital e seus anexos, e que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências para realização das entregas ali contidas. **DECLARO**, ainda, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do supracitado, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Cidade, XX de XXXXX de 2026.

(assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PROCESSO Nº 1761/2026

Eu _____ (nome completo), RG nº _____, CPF nº _____, representante legal da empresa _____ (razão social da

empresa), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, **DECLARO**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas e, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo §§ 4º e seguintes da Lei supracitada.

Fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta qualificação serão comunicados formalmente e de imediato a Administração.

Cidade, XX de XXXXX de 2026.

(assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PROCESSO Nº 1761/2026

Eu _____ (nome completo), RG nº _____, CPF nº _____, representante legal da empresa _____ (razão social da empresa), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, **DECLARO**, sob as penas da lei que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira. Portanto, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

Cidade, XX de XXXXX de 2026.

(assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO V
DECLARAÇÃO GERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PROCESSO Nº 1761/2026

Eu _____ (nome completo), RG nº _____, CPF nº _____, representante legal da empresa _____ (razão social da empresa), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, **DECLARO**, sob as penas da lei:

- a)** Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.
- b)** Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c)** Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- d)** Que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP).
- e)** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- f)** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- g)** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- h)** Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Cidade, XX de XXXXX de 2026.

(assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO VI

MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

(não identificada)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA
PROCESSO Nº 1761/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

LOTE 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID. DE MEDIDA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	CAMINHÃO BASCULANTE TIPO TRUCK	4800	HORA		
2	CAMINHÃO COM CARROCERIA, COM CABINE AUXILIAR, TIPO TOCO.	2400	HORA		
3	CAMINHÃO COM POTÊNCIA DE 280 CV.	600	HORA		
4	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 110 HP.	1200	HORA		
5	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 150 HP.	1200	HORA		
6	MOTONIVELADORA, COM RIPPER TRASEIRO COM LARGURA DE CORTE DE NO MÍNIMO 2.000 MM.	2400	HORA		
7	RETROESCAVADEIRA, COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4.	2400	HORA		
8	DRAGA 6 POLEGADAS, COM POTÊNCIA DE 180 CV.	600	HORA		
9	CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO.	600	HORA		
10	MINI CARREGADEIRA.	1200	HORA		
VALOR TOTAL					

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: XXX,XX (POR EXTENSO)

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Edital);

- Declaramos que a proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura da sessão pública;
- Declaramos que o prazo de entrega e condições de pagamento, serão conforme exigidos do instrumento convocatório (Edital);
- Declaramos conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação;
- Declaramos que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência;
- Declaramos que estamos sob o Regime de Tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014. **(Somente na hipótese de o licitante ser microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).**

Obs.: Este documento deverá ser inserido no campo “Ficha Técnica” da plataforma BBMNET, sem qualquer tipo de identificação da licitante, tais como nome empresarial, marca, logotipo, CNPJ, endereço ou qualquer informação que possibilite sua identificação, sob pena de desclassificação da proposta.

Obs.: se a “marca/modelo” dos produtos identificar a empresa, deve ser informado “marca própria”.

OBS. A PARTICIPANTE DEVERÁ APRESENTAR OS VALORES UNITÁRIOS DE TODOS OS ITENS QUE COMPOE O LOTE, A AUSÊNCIA DE QUALQUER ITEM E VALOR, INVALIDARÁ A PROPOSTA INTEGRALMENTE.



ANEXO VII – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITUPEVA E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXX**, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA-MÁQUINA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PROCESSO Nº 1761/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE ITUPEVA**, Estado de São Paulo, entidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 45.780.061/0001-57, com sede nesta cidade, à Rua Eduardo Aníbal Lourençon, nº 15 – Pq. das Vinhas, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade, **Sr. DOUGLAS GEISON BORBA**, portador da cédula de identidade RG nº xx.xxx.xxx-x e inscrito no CPF nº xxx.xxx.xx-xx, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 030/2026 e ata de julgamento de preços, devidamente homologada, **RESOLVE**, registrar os preços para a aquisição dos produtos abaixo descritos, tendo os mesmos sido oferecidos pela empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, entidade jurídica de direito privado, estabelecida à Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, XXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, telefone (XX) XXXX-XXXX / (XX) XXXXX-XXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e, neste ato, representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da cédula de identidade RG nº XX.XXX.XXX-X e inscrito no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, mediante as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços visando a Contratação de serviços de hora-máquina, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de equipamentos, operadores/motoristas, combustível, manutenção, seguros e demais encargos, conforme Edital e Termo de Referência.

2. DAS NORMAS REGENTES

2.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao processo administrativo nº 1761/2026, ao edital de Pregão Eletrônico nº 030/2026, e à proposta apresentada pela empresa vencedora, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 3.601, de 28 de abril de 2023, e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que os valores registrados se mantêm



vantajosos, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

3.2. Caso ocorra o encerramento do quantitativo previsto antes do encerramento do prazo de vigência desta ata de registro de preços, sua renovação poderá ser antecipada.

4. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. A execução dos serviços, quando solicitada através da emissão de Autorizações de Fornecimento e Ordem de Serviços, correrá por conta e risco da proponente vencedora, e será procedida de acordo com as necessidades do órgão requisitante.

4.2. A empresa comprometer-se-á a atender às Ordens de Serviços emitida pela Prefeitura Municipal de Itupeva no prazo máximo de 48 horas.

4.3. O local de entrega, o horário e as condições para o recebimento do objeto estarão em conformidade com o estabelecido na Ordem de Serviço mencionada.

4.4. Os serviços serão prestados de acordo com o Cronograma de Atividades da Secretaria requisitante, respeitando os horários definidos para cada tipo de intervenção.

4.5. A empresa vencedora deverá emitir Nota Fiscal e Fatura correspondente a cada serviço e não deverão ter limite de quantidade mínima para cada execução.

4.5.1. As entregas deverão ser acompanhadas de 02 (duas) vias da Nota Fiscal

4.5.2. Na necessidade de envio de Notas Fiscais Eletrônicas, as mesmas deverão ser encaminhadas somente para o e-mail: marcio.souza@itupeva.sp.gov.br.

4.6. Na hipótese de ocorrer fornecimento em desacordo com os requisitos estabelecidos, a contratada se obriga a reparar a falha e, se houver necessidade, substituir os materiais no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem quaisquer ônus para o Município de Itupeva.

4.7. Os recebimentos provisório e definitivo se darão conforme o Capítulo IV (artigos 178 á 180) do Decreto Municipal nº 3.601/2023.

5. DOS ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES

5.1.

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID. DE MEDIDA	R\$ UNIT
1	CAMINHÃO BASCULANTE TIPO TRUCK	4.800	HORA	
2	CAMINHÃO COM CARROCERIA, COM CABINE AUXILIAR, TIPO TOCO.	2.400	HORA	
3	CAMINHÃO COM POTÊNCIA DE 280 CV.	600	HORA	
4	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 110 HP.	1.200	HORA	
5	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, SOBRE ESTEIRAS, POTÊNCIA LÍQUIDA DE NO MÍNIMO 150 HP.	1.200	HORA	
6	MOTONIVELADORA, COM RIPPER TRASEIRO COM LARGURA DE CORTE DE NO MÍNIMO 2.000 MM.	2.400	HORA	
7	RETROESCAVADEIRA, COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4 X 4.	2.400	HORA	
8	DRAGA 6 POLEGADAS, COM POTÊNCIA DE 180 CV.	600	HORA	
9	CAMINHÃO COM EQUIPAMENTO COMBINADO HIDROJATO.	600	HORA	
10	MINI CARREGADEIRA.	1.200	HORA	

5.1.1. As especificações e condições do objeto contratado se darão conforme edital e termo de referência.



5.2. No preço total referido na cláusula anterior, já estão incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os serviços serão prestados de acordo com o Cronograma de Atividades da Secretaria requisitante, respeitando os horários definidos para cada tipo de intervenção.

6.2. Os serviços serão mensurados mensalmente, ao longo de um período de 30 dias de serviços prestados, de acordo com as unidades de medição solicitadas.

6.3. Devem ser apresentados em forma de planilhas eletrônicas e impressas, contendo o logotipo e identificações claras dos responsáveis pela elaboração.

6.4. A medição deve ser protocolada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade, e aprovada pelo engenheiro da obra, dentro de um prazo de até 05 dias úteis, a contar da data de protocolo.

6.5. Caso haja alguma controvérsia sobre a medição, este deve ser apontado e revisado imediatamente pela empresa. Em seguida, deve ser reimpresso e seguir os trâmites acima descritos.

6.6. Somente após a aprovação da medição e a solicitação de emissão da Nota Fiscal, a empresa deverá emitir uma Nota Fiscal faturada para 30 (trinta) dias.

6.7. Os critérios de medição seguirão os da tabela aprovada na licitação.

6.8. As medições serão calculadas pela empresa prestadora dos serviços com base nas partes diárias assinadas, devendo ser apresentadas e submetidas à aprovação da Prefeitura, com início no primeiro dia útil de cada mês e término no último dia do mesmo mês. As medições serão apresentadas até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços.

6.9. Após o recebimento da Medição calculada pela empresa, a Prefeitura terá 5 (cinco) dias úteis a partir da data de registro do protocolo no documento para aceitar ou rejeitar os quantitativos e/ou valores compilados.

6.10. A Medição só terá validade após a aprovação devidamente formalizada pela Prefeitura, quando poderá ser faturada.

6.11. Fora dos horários estabelecidos para os serviços da Prefeitura, os veículos permanecerão sob a guarda e responsabilidade exclusiva da empresa contratada. Mediante aprovação do órgão competente, os veículos poderão ser deixados em uma área designada pelo Município, facilitando a prontidão operacional.

6.12. O pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pela Administração Municipal ocorrerá em no máximo 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado (Decreto Municipal nº 3.601/2023, artigo 182).

6.13. Para os contratos de fornecimento, será considerada a data do adimplemento da obrigação pelo contratado a data da entrega do bem e, nos demais contratos, a conclusão da atividade ou o último dia do ciclo de medição, conforme o caso.

6.14. O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado expressamente pelo fiscal do contrato o não cumprimento total da obrigação contratual.

6.15. Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela incontroversa.

6.16. Caso o contratado deixe de cumprir a obrigação de emissão de nota fiscal dentro do prazo de



pagamento, a Administração Municipal aguardará a entrega da nota fiscal para Autorizar o pagamento, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da entrega da Nota fiscal.

6.17. O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado expressamente pelo fiscal do contrato o não cumprimento total da obrigação contratual.

6.18. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

6.19. PARA FINS ESPECÍFICOS DE PAGAMENTO, a cada emissão de Nota Fiscal a beneficiária deverá apresentar, ao fiscal do contrato, as certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, FGTS, a certidão negativa de débitos trabalhistas e Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede da empresa, estas últimas NO QUE COUBER AO OBJETO ORA LICITADO.

6.19.1. A Nota Fiscal será atestada pelo fiscal do contrato e/ou servidor responsável pelo recebimento dos produtos, encaminhada ao Secretário responsável pela pasta para autorização e encaminhada à Secretaria Municipal de Fazenda para pagamento.

6.20. A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição detalhada dos itens, deverá constar indicação expressa dos encargos, impostos e tributos **passíveis** de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes ao ramo de atividade - para as empresas dispensadas da retenção do IRRF, informar a condição de dispensa.

6.20.1. A nota fiscal deverá conter o número do Contrato, número da Nota de Empenho e o Sistema de Cobrança (em carteira ou bancário - especificando o banco, agência e número da conta neste último caso).

6.21. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

6.22. O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

7. DA ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES

7.1. Será admitida a alteração dos equipamentos ofertados, mediante justificativa previamente apresentada pelo contratado e **aprovada pelo fiscal do contrato**, desde que atendidas todas as condições exigidas no edital da licitação, referentes à especificação, à qualidade do objeto e às repercussões econômicas relacionadas ao seu ciclo de vida, exceto para os objetos que envolverem a necessidade de padronização da mesma marca durante toda a vigência da ata de registro de preços ou do contrato.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente Ata será gerida pelo Sr. **RICARDO ELSNER RODRIGUES**, portador da cédula de identidade RG nº XX.XXX.XXX-X e inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-X, e-mail: ricardo.rodriques@itupeva.sp.gov.br, telefone nº (11) xxxx-xxxxx, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 3.601/2023.

8.2. A presente Ata será fiscalizado pelo Sr. **ULISSES LUIZ ZERBINATTI**, portador da cédula de identidade RG nº X.XXX.XXX-X e inscrito no CPF nº XXX.XXX.XXX-X, e-mail: ulisses.zerbinatti@itupeva.sp.gov.br, telefone nº (11) xxxx-xxxxx, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 3.601/2023, ao qual competirá velar pela perfeita execução do



pactuado, em conformidade com o previsto no edital, na proposta da contratada e no instrumento contratual.

8.2.1. Fica indicado o Sr. **MARCIO FERNANDO DE SOUZA**, portador da cédula de identidade RG nº XX.XXX.XXX-X e inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-X, e-mail: marcio.souza@itupeva.sp.gov.br, telefone nº (11) xxxx-xxxxx, para atuar como suplente do fiscal do contrato decorrente da presente contratação, na impossibilidade do mesmo em exercer a sua função por algum motivo.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição dos objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

9.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

9.3. É competente o Foro da Comarca de Itupeva/SP, para dirimir questões decorrentes do contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Itupeva, XX de XXX de 2026.

DOUGLAS GEISON BORBA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Manutenção da Cidade

RG: XX.XXX.XXX-XX e **CPF:** XXX.XXX.XXX-XX

EMPRESA:

Nome

Cargo:

RG: XX.XXX.XXX-XX e **CPF:** XXX.XXX.XXX-XX

RICARDO ELSNER RODRIGUES

Gestor da Ata de Registro de Preços

RG: XX.XXX.XXX-XX e **CPF:** XXX.XXX.XXX-XX

ULISSES LUIZ ZERBINATTI

Fiscal da Ata de Registro de Preços

RG: XX.XXX.XXX-XX e **CPF:** XXX.XXX.XXX-XX



ANEXO VIII – CADASTRO RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PROCESSO Nº 1761/2026

1. DA CLASSIFICAÇÃO:

1.1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM 1 -

CLASSI.	RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE	MARCA	VALOR UNIT
1º			
2º			
3º			

ITEM 2 - ...

1.2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM 1 -

CLASSI.	RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE	MARCA	VALOR UNIT
4º			
5º			
6º			

ITEM 2 - ...

2. DOS LICITANTES:

2.1. Seguem dados dos licitantes classificados:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

REPRESENTANTE LEGAL:

RG: CPF:

ENDEREÇO:

TELEFONE: CELULAR:

E-MAIL:



**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E
COMPROMISSO DE VISTORIA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

PROCESSO Nº 1761/2026

Eu _____ (nome completo), RG nº _____, CPF nº _____, representante legal da empresa _____ (razão social da empresa), CNPJ nº 00.000.000/0000-00, DECLARO, para os devidos fins e em atendimento às exigências do Edital e Termo de Referência, que se comprometo a apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após solicitação do Pregoeiro, documentação comprobatória de disponibilidade dos equipamentos, máquinas e veículos necessários à execução do objeto licitado.

Declaro, ainda, que a comprovação da disponibilidade será realizada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Para máquinas e equipamentos:

Documentação comprobatória de propriedade ou posse legítima, podendo ser apresentada, entre outros, Nota Fiscal de aquisição, contrato de compra e venda, contrato de arrendamento mercantil (leasing), contrato de locação, comodato ou documento equivalente que demonstre a disponibilidade do bem;

b) Para caminhões e veículos automotores:

Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, em nome da empresa licitante ou, alternativamente, contrato que comprove a posse ou disponibilidade legal do veículo, tais como locação, comodato ou arrendamento, acompanhado do respectivo CRLV.

DECLARO também que no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro, disponibilizaremos todos os caminhões, máquinas e equipamentos para vistoria presencial, em data, horário e local definidos pela Administração Municipal, com a finalidade de comprovar as condições de operação, o atendimento às especificações técnicas exigidas e a conformidade com todas as exigências previstas no Termo de Referência.

Por fim, declaro que os equipamentos e veículos disponibilizados estarão em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, responsabilizando-se integralmente pela veracidade das informações prestadas, sob as penas da lei.

Cidade, XX de XXXXX de 2026.

(assinatura do representante legal da empresa)